

Fenonomia, isonomia, economia social e solidária: convergências no processo de empoderamento feminino?

“Phenonomy”, isonomy, social and solidarity economy: convergences in the female empowerment process?

Vanêssa Pereira Simon

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

email: vanessapsimon@gmail.com

Sérgio Luís Boeira

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

email: sbsergio762@gmail.com

RESUMO

O propósito desse ensaio teórico é mostrar, a partir da teoria da delimitação de sistemas sociais e do paradigma paraeconômico, uma articulação entre as noções de isonomia e fenonomia com as possibilidades apresentadas pela economia social e solidária, ressaltando nessa articulação as possibilidades de empoderamento das mulheres. Sustenta-se a ideia de que mulheres, na construção de sua história de empoderamento, têm uma trajetória fenonômica que se consolida nos espaços isonômicos. A trajetória fenonômica pode ser entendida como emancipação do indivíduo no sentido de romper com a síndrome comportamentalista, num movimento que se aproxima do enclave fenonômico. Além disso, os movimentos sociais, especificamente nesse caso a economia social e solidária, podem ser percebidos como espaços que privilegiam o coletivo, sem que se perca a individualidade, ou seja, com características isonômicas em confluência com as trajetórias fenonômicas, espaços que catalisam o processo de empoderamento feminino.

Palavras-Chave: Fenonomia. Isonomia. Economia social e solidária. Empoderamento feminino.

ABSTRACT

The purpose of this article is to show, from the theory of the delimitation of social systems and the paraeconomic paradigm, an articulation between the notions of isonomy and phenonomy with the possibilities presented by the social and solidarity economy, highlighting in this articulation the empowerment of women. The idea is maintained that women, in the construction of their history of empowerment, have a phenonomic trajectory, that consolidates in the isonomic spaces. The phenonomic trajectory can be understood as emancipation of the individual in the sense of breaking with the behavioral syndrome, in a movement that approaches the phenonomic enclave. In addition, social movements, specifically in this case social and solidarity economy, can be perceived as spaces that privilege the collective, without losing individuality, that is, with isonomic characteristics in conjunction with the phenonomic trajectories, spaces that catalyze the process of female empowerment.

Key-words: Phenonomy. Isonomy. Social and solidarity economy. Female empowerment.

1 INTRODUÇÃO

Ensaio teórico é uma forma moderna e comum de expressar ideias, nas ciências humanas e na filosofia. Com um ensaio teórico não se pretende comprovar algo empiricamente, mas interpretar e argumentar, de forma tão original e consistente quanto possível, sobre um fenômeno, utilizando-se para isso tanto planejamento quanto intuição, reflexão e interpretação sistemática, ainda que fora do padrão e da lógica esquemática da ciência positiva. Inexiste metodologia sistemática para o ensaio (MENEGHETTI, 2011). Para Carlos Osmar Bertero (2011, p.342), “todo ensaísta planeja o que vai escrever. Todavia isto não elimina o que se poderia chamar de caráter dialético do ensaio (...)”, algo que se faz “à medida que o próprio ensaio é elaborado”. Poderíamos acrescentar que, além de dialética, ensaios frequentemente se fundamentam em epistemologias como a fenomenológica, hermenêutica, construtivista, complexa, entre outras.

O propósito desse ensaio teórico é argumentar que, a partir da teoria da delimitação de sistemas sociais e do paradigma paraeconômico, é plausível uma articulação entre as noções de isonomia e fenonomia com as possibilidades apresentadas pela economia social e solidária, ressaltando nessa articulação as possibilidades de empoderamento das mulheres. Sustenta-se a ideia de que mulheres, na construção de sua história de empoderamento, têm uma trajetória fenonômica que se consolida nos espaços isonômicos. Esta conclusão também é fruto de ampla pesquisa empírica (SIMON, 2015).

Alberto Guerreiro Ramos (1981) tem sido reconhecido como um referencial relevante para a compreensão das questões relativas à chamada economia solidária e ao cooperativismo (FRANÇA FILHO, 2010; FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020). Em recente pesquisa bibliográfica internacional sobre organizações e solidariedade, Genauto França Filho e Philippe Eynaud (2020) reconhecem na convergência dos arcabouços conceituais de Karl Polanyi e de Guerreiro Ramos os melhores referenciais. Bianor Cavalcanti e Frederico Lustosa da Costa (2019) organizaram uma coletânea destacando o pioneirismo e atualidade da obra de Guerreiro Ramos.

O paradigma paraeconômico, proposto por Guerreiro Ramos (1981), vinculado à sua teoria da

delimitação de sistemas sociais, é constituído por diversos sistemas ou enclaves, como, por exemplo, economia, isonomia e fenonomia. O autor critica a sociedade industrial ou mercadocêntrica em razão da sobreposição e domínio do enclave econômico sobre os demais, o que estaria bloqueando o desenvolvimento dos indivíduos, das organizações e das sociedades. O reconhecimento e a delimitação de outros sistemas além do econômico permitiria a emancipação, ainda que parcial, de indivíduos, no sentido da construção de uma sociedade multidimensional.

Guerreiro Ramos (1981) conceitua economia como um contexto altamente ordenado, como os monopólios, as firmas competidoras e também as organizações sem fins lucrativos dedicadas à produção de bens e serviços. A economia é um enclave no qual se destacam a racionalidade instrumental e a burocracia como meios para a realização de outros fins. Na medida em que a sociedade é centralizada no mercado, a economia torna-se um fim em si mesma, bloqueando o reconhecimento e a emergência de enclaves fenonômicos e isonômicos, que poderiam sinalizar os fins, as metas da economia, numa sociedade multicêntrica. Isonomia indica relações igualitárias, horizontais, enquanto fenonomia indica criatividade. Estes dois enclaves apresentam-se com frequência em formas híbridas, em parte fenonômicas, em parte isonômicas. As relações sociais neles são autogratificantes, com potencial de desenvolvimento de racionalidade substantiva.

Destaca-se a fenonomia (*phenonomy*, um neologismo proposto pelo autor) como um sistema social, no qual se valorizam a criatividade e autonomia em atividades automotivadas. Ressalta-se, porém, que é ao atuar nas isonomias, no coletivo, num ambiente de iguais, que amplie a capacidade crítica, em que têm vez e voz, que os indivíduos se consolidam enquanto agentes críticos e construtores de uma sociedade multidimensional ou multicêntrica. Para o autor, as isonomias não podem, entretanto, cair no erro da “visão sociomórfica” do ser humano, que o reduz à dimensão social, carente de criatividade e autonomia (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 30).

A ideia básica da economia social e solidária (em que pese sua diversidade interna) aproxima-se ao que Guerreiro Ramos (1981) sugere em termos de estruturação da sociedade, pois não privilegia a

dimensão econômica e, por sua configuração, permite que o indivíduo se emancipe, ganhe autonomia relativa (empoderamento).

Por apresentar essas características, esses espaços da economia social e solidária acabam por se tornar promissores para que as mulheres possam se apropriar deles como catalisadores de seus processos de empoderamento. Assim, a economia social e solidária, aqui, pode ser entendida como um conjunto de espaços isonômicos – com traços fenonômicos – que permite o processo de empoderamento das mulheres ligadas aos empreendimentos.

2 FENONOMIA E ISONOMIA

Guerreiro Ramos faz, ao longo de sua obra, uma revisão crítica dos estudos da administração, em que destaca uma perspectiva não comportamentalista, enfatizando a natureza humana e não a produção ou a organização, ou seja, sistemas sociais e delineamento organizacional de múltiplos centros, em contraposição ao modelo unidimensional predominante. Ana Paula Paes de Paula (2007) elenca alguns pontos importantes da obra de Guerreiro Ramos para a compreensão do paradigma paraeconômico: a crítica à sociedade dominada pelo *ethos* do mercado; a análise da síndrome comportamentalista, que dificulta a percepção do indivíduo como centro e objeto dos sistemas sociais; a crítica do mercado enquanto maneira de compreender a realidade social; e a bidimensionalidade do conceito de racionalidade.

Yara Bulgacov e Felipe Castiglia (2003) ressaltam que as organizações, na sociedade mercadocêntrica, são tidas como naturais e, com isso, autenticam-se somente os formatos organizacionais que existem. Entretanto, essa naturalidade deve ser questionada e, conseqüentemente, é necessário superar a concepção reducionista da natureza humana pela eficácia dos resultados da organização e introduzir o ser humano como elemento central e complexo nos arranjos organizacionais. Daí a importância dessas reflexões para os Estudos Organizacionais.

Guerreiro Ramos (1981) faz uma contraposição entre o homem organizacional e o homem parentético. O primeiro é uma junção entre o homem organizacional – calculista, preocupado com resultados

materiais, e o homem reativo – adaptado ao trabalho em detrimento de seu próprio crescimento. A noção de homem parentético, por sua vez, remete à busca de autonomia, de consciência crítica, não comportamentalista, é fruto de novas circunstâncias sociais que requerem outro nível de consciência. Embora seja reflexo dessas circunstâncias sociais, no *insight* parentético o sujeito consegue afastar-se, analisar criticamente seu condicionamento e refletir sobre si mesmo, colocando as circunstâncias entre parênteses. Isso coloca o sujeito, em princípio, em sintonia com as isonomias e fenomenias (BULGACOV; CASTIGLIA, 2003; TONET, 2004; AZEVÊDO, 2006; PAULA, 2007, SALGADO, ABAD, 2015; PARADA, 2016).

Christiane Bellucci e Sérgio L. Boeira (2020) retomam o debate de Guerreiro Ramos sobre a tensão entre racionalidade instrumental e substantiva, concebendo uma bifurcação na concepção de racionalidade entre os autores clássicos da Grécia antiga, que foi retomada e invertida por autores modernos, com prioridade dada ao tipo instrumental, predominante no mercado e no Estado.

Para França Filho (2010, p. 177), a racionalidade substantiva pode ser apresentada como contraposição ao conceito unidimensional da racionalidade instrumental, uma vez que a primeira foca na qualidade intrínseca de cada ação empreendida, cujo propósito é o entendimento humano. Com isso, “a escolha e definição dos fins não podem ser jamais exteriores à condição humana. Isto é, os fins definem-se como valores”.

Ao entender que o campo das organizações é complexo e constituído por distintas dimensões e que, portanto, conformado pelas relações entre os sujeitos que o configura, torna-se imperioso compreender os fenômenos organizacionais, bem como os indivíduos que atuam nesse campo para além de uma visão centrada no mercado, voltada prioritariamente para a maximização de resultados. Seria necessário analisar as organizações a partir de uma perspectiva alternativa, que não a da racionalidade instrumental, uma vez que o que se tem até agora não se aplica a todos os tipos de atividades e, ademais, dificulta o desenvolvimento de novos sistemas sociais, suplantando alguns dos problemas da sociedade atual (PAULA, 2007, SALGADO, ABAD, 2015; PARADA, 2016).

Ao analisar as organizações para propor uma abordagem substantiva das organizações, Guerreiro Ramos (1981) sustenta que existem pontos cegos na atual teoria das organizações, uma vez que o conceito de racionalidade vigente identifica o comportamento econômico como constituindo a totalidade da natureza humana, não havendo uma distinção entre o significado substantivo e o formal das organizações, bem como o papel da interação simbólica nos relacionamentos interpessoais e, assim, tende-se a ignorar a distinção entre trabalho e ocupação, apoiando-se na visão mecanomórfica da atividade produtiva.

Esses pontos, assinala Guerreiro Ramos (1981), precisam ser revistos, pois promovem uma visão reducionista dos Estudos Organizacionais. Por isso é que esse artigo pretende aprofundar esses estudos aproximando as fenomenias e isonomias dos espaços da economia social e solidária como ambientes promissores para o empoderamento das mulheres participantes.

Uma visão multicêntrica da sociedade, que compreenda aspectos políticos, econômicos, culturais e psicológicos, faz-se necessária. Assim, haveria uma variedade de enclaves e o mercado seria um deles, mas não o mais relevante, uma vez que seria limitado e regulado, provendo, portanto, opções diferentes de atividades substantivas. Guerreiro Ramos (1981) não nega a importância do enclave econômico – que considera legítimo e necessário –, apenas questiona a primazia deste sobre os demais. Propõe então uma ciência organizacional capaz de abranger múltiplos tipos de organização, ou seja, uma abordagem substantiva da organização, de maneira a suplantando a concepção unidimensional dos estudos organizacionais. O desenvolvimento do potencial humano não deveria ser bloqueado pelas concepções organizacionais regidas pela razão instrumental: em vez disso o autor propunha a diversidade de estilos organizacionais visando o processo de emancipação humana.

Como maneira de ilustrar esses sistemas sociais com base na racionalidade substantiva, Guerreiro Ramos (1981, p. 121) concebe o que denomina “paradigma paraeconômico”, ou seja, um modelo multidimensional da existência humana, numa visão multicêntrica de sociedade, em que cada dimensão “deve ser considerada como elaborações heurísticas, no sentido weberiano” pois, na realidade, não são

encontrados tipos ideais, puros, somente existem sistemas sociais mistos. Além do mais, uma concepção ideal desvirtua-se à medida que passa a existir, perde em algum grau suas características ao se realizar (SALM, MENEGASSO, 2015).

O paradigma paraeconômico apresenta duas orientações: a comunitária em contraposição à individual, de um lado; e a prescrição contra a ausência de normas, de outro. Na primeira orientação, há a preocupação de que seja um modelo suficientemente amplo para não reduzir o indivíduo a um mero agente de maximização de utilidade, e há um cuidado com o espaço para a autorrealização pessoal. No segundo caso, procura mostrar que a relação entre prescrições operacionais e autorrealização pessoal é inversamente proporcional (GUERREIRO RAMOS, 1981).

Além disso, o autor ressalva que, assim como devem ser entendidos como tipos ideais, não se pode esperar que existam de maneira segregada no espaço físico. Caracterizam-se por seus estilos inerentes de vida e, ocasionalmente, em vizinhança física. Ariston Azevêdo e Renata Albernaz (2004) ressaltam ainda que o paradigma considera os espaços em que as prescrições impostas praticamente não acontecem, e consideram também, tanto ambientes pequenos e singulares como ambientes comunitários, de tamanhos regulares, adequados, em princípio, às necessidades de autorrealização pessoal.

Guerreiro Ramos (1981), em sua abordagem substantiva da organização, ressalta a possibilidade de ambientes igualitários, sem predomínio de burocracia nem de hierarquia, que chama de isonomias. Entretanto, não acredita na ausência de normas, pois imagina que o indivíduo, num contexto de escolha, tenha condições de definir suas próprias normas, porque em todo trabalho há certas prescrições. Tendo como eixo o indivíduo, o autor denomina fenomenia um sistema social com as características anteriores, e que seja um ambiente criativo, propício à autonomia ao permitir que o indivíduo possa agir – e não apenas comportar-se. Nas fenomenias ou nas formas mistas de fenomenia-isonomia, os indivíduos vivem atividades automotivantes, autogratificantes, que permitem e estimulam a atualização do potencial humano, orientando-o para a criatividade e a inovação (SALGADO, ABAD, 2015; PARADA, 2016).

A interação simbólica numa isonomia é autografiante, pois os indivíduos associados desempenham atividades compensadoras em si mesmas, e não por obrigação de um trabalho enfadonho, para garantir as necessidades básicas e de segurança, ou seja, “as pessoas não ganham a vida numa isonomia; antes participam de um tipo generoso de relacionamento social, no qual dão e recebem” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 131). As atividades são promovidas de maneira vocacionada, e não como emprego, associado à racionalidade instrumental por estar vinculado à atenção dos objetivos do processo de produção em si. As pessoas praticam ação de forma deliberada, com consciência acerca das finalidades intrínsecas, tornando a eficiência do ponto de vista social e organizacional uma dimensão incidental. Assim, a recompensa está na realização daquilo que fazem e não necessariamente na renda proporcionada por ela, por isso a maximização da utilidade perde importância para o indivíduo. Em isonomias e fenonomias há decisões políticas em que não se diferenciam líderes e liderados, ou seja, uma comunidade na qual a autoridade é atribuída por meio da deliberação dos envolvidos, centrada nas relações horizontais. Sendo assim, sua eficácia está associada à condição de que as relações interpessoais primárias prevaleçam. É o caso dos artesãos, dos grupos circenses, das mercearias sociais, das cooperativas populares, das associações de bairro, nos empreendimentos de economia solidária, nos bancos de tempo na internet, entre outros muitos exemplos (GUERREIRO RAMOS, 1981; ARAÚJO, 2010; PARADA, 2016).

A isonomia, então, poderia ser descrita como um sítio para o exercício da convivência, e seu principal requisito temporal é uma experiência de tempo em que aquilo que o indivíduo ganha em seus relacionamentos com as outras pessoas não é medido quantitativamente, mas representa uma gratificação profunda por se ver liberado de pressões que lhe impedem a atualização pessoal (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 147-148).

A fenonomia, por sua vez, é retratada por Guerreiro Ramos (1981, p. 132) como “um sistema social, de caráter esporádico ou mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo, ou por um pequeno grupo, e que permite a seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais”.

É um cenário protegido do mercado, em que a comercialização de produtos é consequência da atividade e não sua finalidade – que é a satisfação do indivíduo. A criatividade e a reciprocidade são essenciais para a sua concepção e manutenção. As valorações econômicas são incidentais em relação à motivação dos membros. Por isso, as fenonomias desafiam o sistema de mercado. Porém, não levam a um isolamento social, nem a um afastamento da sociedade, mas daí decorre uma última característica: os membros têm consciência social apurada, apesar de seus interesses singulares, e visam tornar os outros indivíduos sensíveis às várias possibilidades que são ocultadas na sociedade mercadocêntrica (GUERREIRO RAMOS, 1981; TONET, 2004; PAULA, 2007; SALGADO, ABAD, 2015).

As isonomias e as fenonomias apresentam-se, portanto, como alternativas para uma melhoria de qualidade de vida. Nas isonomias, segundo Guerreiro Ramos (1981), predomina a concepção de tempo convivial sobre a linear/serial e a concepção de espaço socioaproximador sobre a de espaço socioafastador. Nas fenonomias, além do tempo convivial, há o tempo de salto, de *insights*, que não pode ser quantificado, associado à criatividade e autodescoberta das pessoas. Guerreiro Ramos (1981) observa que a socialização tem aspectos contraditórios (*contradictory facets*): sem ela o indivíduo não sobrevive como parte da espécie humana, mas quando inteiramente dominado por ela o ser humano (homem, mulher) não atinge a condição de pessoa.

As isonomias possuem características que as empresas, normalmente, não contemplam. Enquanto o ambiente empresarial, ao primar pelo sistema de mercado, exclui os objetivos pessoais e os canaliza para os objetivos de negócio, as isonomias, por sua vez, proporcionam aos membros a possibilidade de criarem um “senso de comunidade, processos de comunicação menos racionalizados, participação efetiva, respeito pelas diferenças, ambientes democráticos, entre outros” (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2004, p. 28).

A paraeconomia, como um todo, pode ser a “proporcionadora da estrutura de uma teoria política substantiva de alocação de recursos e de relacionamentos funcionais entre enclaves sociais, necessários à estimulação qualitativa da vida social dos cidadãos” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 153).

Com isso, ter-se-ia uma sociedade diversificada a tal ponto que permitisse a seus membros cuidar de temas substantivos de suas vidas, em conformidade com seus critérios intrínsecos. Dessa maneira, as isonomias e as fenonomias teriam legitimidade como agências nas quais seria possível efetivar alocação de mão-de-obra e de recursos para que uma sociedade se viabilizasse (GUERREIRO RAMOS, 1981; FRANÇA FILHO, 2010).

A crítica que Guerreiro Ramos (1981) faz em relação à alocação de recursos deve-se à sua constatação de que essa alocação considera apenas a lógica de mercado e, dessa maneira, entende como recurso e produção apenas os insumos e os produtos da atividade econômica. O que provém da atividade doméstica, de atividades associativas, de caráter voluntário ou militante, não é considerado contribuição efetiva para o enriquecimento do país. Com isso, o produto desse trabalho, nessa lógica, não é transferível para o mercado e, assim, é ignorado pelas estatísticas oficiais, em particular pelo Produto Interno Bruto (PIB), o que faz com que um imenso contingente de recursos e capacidade produtiva sejam inexplorados nesse sistema. Visão diferente da que é apresentada no paradigma paraeconômico, que considera tanto as atividades remuneradas quanto as não remuneradas (GUERREIRO RAMOS, 1981; FRANÇA FILHO, 2010).

Percebe-se, pelo exposto, uma convergência entre os conceitos desenvolvidos por Guerreiro Ramos (1981) no paradigma paraeconômico e os conceitos da economia social e solidária que serão detalhados na sequência, como possibilidade para o processo de empoderamento feminino.

3 PARADIGMA PARAECONÔMICO E A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Guerreiro Ramos (1981) faz uma reflexão profunda a respeito dos estudos de administração e vai além desse campo – reflete sobre a sociedade e a maneira de percebê-la. Nesse sentido, é um crítico da economia mercantil como sistema central da sociedade. Atualmente, o mercado é a referência, a razão e o objetivo dos indivíduos na sociedade nacional e

mesmo em âmbito global. Afirma que, na história da humanidade, não há registro de uma sociedade em que o mercado desempenhe papel tão determinante. A obra de Karl Polanyi (2000) sobre a transformação do mercado autorregulável em instituição autônoma na Europa ocidental, no século XIX e XX, tem grande relevância para Guerreiro Ramos, bem como para a economia social e solidária, apontam alguns estudiosos do tema (HILLENKAMP, GUÉRIN, VERSCHUUR, 2016; AGUAYO, RAMÍREZ, 2019; FRANÇA FILHO, EYNAUD, 2020)

Entretanto, França Filho (2010, p. 192) ressalva que há, principalmente nos países do hemisfério sul, uma série de atividades regidas prioritariamente pela solidariedade, com “as mais variadas formas de relações de troca, sem tradução monetária e alimentando um circuito econômico ampliado, que passam a ser incorporados à análise do funcionamento econômico, com a noção de economia plural”. Dessa maneira, a exclusividade da economia de mercado como fonte de riqueza é posta à prova, enquanto uma visão ampliada e plural da economia (CATTANI *et al.*, 2009).

Em razão do predomínio do paradigma econômico nas sociedades mercadocêntricas, as alternativas a ele são frequentemente percebidas como condições subalternas, dependentes do mercado, quando não funcionais a esse e consideradas como atividades assistenciais (FRANÇA FILHO, 2010).

A paraeconomia e a economia social e solidária convergem ao defender uma economia plural ou articulação criativa e isonômica entre dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais. Necessário destacar que a economia social e solidária é ainda um conceito polissêmico, relativo a múltiplas formas organizacionais em processo de transformação. Entre os vários conceitos associados a esse campo de estudos, estão, por exemplo, o de bancos comunitários, comércio justo, autogestão, capital social, cooperativismo, economia popular, finanças solidárias, moeda social, empresa social, tecnologia social, economia do trabalho, economia moral, ética econômica, justiça cognitiva, microcrédito, redes de colaboração solidária, empresas recuperadas, economia para a vida, economia feminista (CATTANI *et al.*, 2009). Jean-Louis Laville e Luiz Inácio Gaiger (2009) afirmam que é um conceito utilizado amplamente, que possui acepções diversas, mas que

estão diretamente associadas à ideia de solidariedade em contraposição ao individualismo utilitarista, comportamento econômico predominante nas sociedades mercadorianas. A economia solidária se apresenta como nova forma de relacionamento entre a economia e a sociedade, que vai além da ideia de experiências, com um estatuto diferente da empresa capitalista. A economia solidária remete a uma perspectiva de regulação por meio de um projeto político de sociedade, não mais centrada nas esferas do Estado e do Mercado. Com a delimitação dos sistemas (economia, isonomia, fenonomia), há então diferentes formas de captação de recursos, uma hibridação de economias, ou seja, economia mercantil, não mercantil e não monetária, combinadas, o que permite uma perenidade dos projetos criados por permitir articulações entre esses diferentes recursos. Assim, a oferta ocorre juntamente com a demanda: os serviços são concebidos e propostos em razão de necessidades sociais reais e locais. Não é a lógica de rentabilidade do capital investido, mas a realização de desejos reais dos grupos locais por causa da interação entre os diferentes participantes dessa iniciativa. Associa a ideia de iniciativa e solidariedade ao inserir a noção de solidariedade no meio das atividades coletivas econômicas (FRANÇA FILHO, 2001, 2002, 2003; GAIGER, 2003; AGUAYO, RAMÍREZ, 2019; FRANÇA FILHO, EYNAUD, 2020).

Entretanto, afirmam Pedro Costa e Rosinha Carrion (2009), as muitas visões do termo parecem colocar a economia social e solidária em um processo de construção contínua que, se por um lado pode dificultar formações consensuais sobre o tema, por outro indica uma possibilidade de abrir espaço para o diálogo, negociação e as conversações entre diferentes saberes, direcionados para distintos modos de se pensar e construir o mundo.

A economia social e solidária contribuiria, nesse cenário, ao conceber um novo modo de estabelecer o ato econômico, não substituindo a economia vigente, porém como uma forma alternativa de produzir riquezas. Guerreiro Ramos (1981, p.135) diz que a sociedade multicêntrica envolve planejamento e implementação de um novo tipo de Estado, que possa formular e implementar diretrizes distributivas de apoio não apenas a objetivos direcionados ao mercado, mas também de cenários sociais adequados

à atualização pessoal (*suited for personal actualization*), a relacionamentos de convivência e atividades comunitárias. Uma sociedade assim requer também iniciativas dos cidadãos, que estarão delimitando, circunscrevendo a sociedade de mercado sob sua própria responsabilidade e seu próprio risco.

A economia social e solidária, a partir de seus princípios éticos e de valorização do ser humano, desperta uma possibilidade de desenvolvimento das capacidades críticas dos envolvidos, além de uma percepção econômica e social ampliada (TONET, 2004; LISBOA, 2009; ARAÚJO, 2010; FRANÇA FILHO, 2010). Tem um entendimento próprio da sociedade atual ao suspender a ênfase unilateral sobre o mercado, equilibrando-o com a dimensão social e política, o que contempla uma diversidade de atividades humanas. Visa buscar o sentido primeiro da economia em que a preocupação maior é o atendimento das necessidades das pessoas – entendidas numa perspectiva muito mais ampla do que aquela ditada pelo consumo de mercadorias.

Além disso, a unidimensionalidade, implícita na concepção mercadoriana de sociedade, desconsidera a complexidade da sociedade contemporânea – o entrelaçamento das dimensões sociais e ecológicas, por exemplo. Tal visão reducionista limita o potencial de criação de riqueza e emprego sob outras formas, que não são percebidas pela lógica atualmente predominante, fortemente condicionada pelo capital financeiro (SAUVAGE, 1996; MORIN, 2013; DOWBOR, 2017).

Diante desse contexto, destaca-se a proposta de uma economia plural, de fortalecimento das organizações da sociedade civil, com atividades econômicas que desenvolvam projetos sociopolíticos, ou seja, que as dimensões sociais, econômicas e políticas estejam contempladas, sem necessariamente privilegiar alguma (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2003).

Outro ponto importante de convergência entre os dois enfoques é relativo às formas alternativas de ocupação e emprego. Guerreiro Ramos (1981) concebe ocupações com ou sem finalidade econômica, mas sem o bloqueio da autorrealização humana, movidas por vocação e atualização das potencialidades individuais e coletivas. Ele aponta como exemplos atividades domésticas, de subsistência e voluntárias. Contrapõe a ideia de ocupação à de emprego, em

que o indivíduo é avaliado pela produção, que tem como finalidade atender às demandas da sociedade mercadocêntrica (GUERREIRO RAMOS, 1981; TONET, 2004). Com tal entendimento, Guerreiro Ramos (1981) dá visibilidade, na sua teoria, para o trabalho doméstico, de subsistência, ou seja, o trabalho das mulheres, até então invisível para a economia de mercado (SIMON, 2020). Luiz Inácio Gaiger e Patricia Kuyen (2019, p. 824) reforçam a possibilidade de favorecimento na economia social e solidária da participação feminina ao afirmar que não visa apenas a renda, mas o ambiente cooperativo e de “valorização mútua que, nos grupos informais, diz respeito em particular às mulheres, cuja média de participantes por EES [empreendimento econômico solidário] é de 12,5 nesse segmento, contra 7,1 no caso dos homens”.

Guerreiro Ramos (1981) apresenta um modelo de sociedade com várias formas organizacionais, mais ou menos articuladas, num conjunto complexo. Economia, isonomia e fenonomia não são concebidas separadamente, apenas delimitadas. A economia, sistema que prioriza a racionalidade instrumental, permeia isonomias e fenonomias, que priorizam a racionalidade substantiva. No conjunto articulado de sistemas delimitados, o desafio estaria na superação do atualmente hegemônico pelos sistemas emergentes. Trata-se, tal como na economia social e solidária, de uma proposta política, de transformação social.

A economia social e solidária, por seus princípios e estruturação, contempla formas organizativas alternativas, com possibilidades de articulação importantes entre a sociedade civil, o Estado e o setor privado como associações, cooperativas, movimentos sociais. Isso porque possuem um projeto comum, com destaque para a dimensão social e para o valor solidariedade, sendo composta por indivíduos que foram excluídos do mercado, ou por suas convicções, ou por procurarem alternativas coletivas de sobrevivência (GAIGER, 2003). Novamente aqui o destaque para o trabalho doméstico, de subsistência ou criativo das mulheres invisibilizadas pela economia de mercado, unidimensional e androcêntrica (SIMON, 2020). Mirian Nobre (2015) reforça esse pensamento ao afirmar que a economia social e solidária estabelece uma justiça de proximidade ao possibilitar, aos envolvidos, acesso a direitos por meio de interesses e negociações entre os que ali convivem,

o que permite que as mulheres se vinculem a esses movimentos para expandir sua noção de cidadania e, conseqüentemente, seus direitos.

As características das isonomias convergem com as das organizações de economia social e solidária porque são espaços autograticantes, nos quais os indivíduos associam-se livremente para desempenharem atividades compensadoras em si mesmas. Aqui cabe observar que Guerreiro Ramos (1981) não anunciava uma utopia no interior da organização e com isso se afastava de uma interpretação socialista. Entretanto, é plausível reconhecer a diversidade de ideias e influências ideológicas nas organizações de economia social e solidária, bem como suas transformações recentes.

Há um entendimento dos espaços da economia social e solidária e das isonomias como verdadeiras comunidades em que a autoridade é definida por deliberação de todos, não havendo distinção entre liderança e subordinados, privilegiando-se as relações interpessoais primárias entre seus membros.

A fenonomia, por sua vez, tem relação com a economia social e solidária a partir do momento em que se apresenta como oportunidade para o exercício da criatividade, em que se busca permanentemente dar significado à vida – característica intrínseca ao ser humano. Tais características convergem com as da economia social e solidária (JACOMETTI *et al.*, 2013).

O homem parentético de Guerreiro Ramos (1971), como uma reflexão sobre a natureza humana, é também ator crítico de si próprio e da sociedade em que está inserido; caracteriza-se por uma ativa participação nas organizações das quais faz parte, mas sem comportar-se de acordo com os modelos de homem que ele denominou de operacional (*homo economicus*, vinculado ao taylorismo) e homem reativo (ideologia de estímulo-resposta, inerente à abordagem das relações humanas em administração), ambos dominantes nas sociedades mercadocêntricas. A noção de homem parentético pressupõe a capacidade de colocar entre parênteses ou suspender os condicionamentos habituais, a fim de compreender a realidade de forma direta, intuitiva. O homem parentético, num primeiro momento, sente-se um estranho para si mesmo e capaz de ver a realidade como se fosse pela primeira vez. Não se

trata de uma abordagem passiva ou ativa, introvertida ou extrovertida, mas libertária, em amplo sentido, inclusive em termos teóricos e práticos.

Caberia aqui observar que Francisco Salgado (2010) sustenta que há convergência entre o enfoque de Guerreiro Ramos e a expressão “Sumaq Kawsay”, de origem quíchua, geralmente traduzida como bem viver em oposição à ideia convencional de bem-estar. Sumaq Kawsay foi reafirmada pelas Constituições do Equador e da Bolívia nos últimos anos e tem sido objeto de reflexão de diversos estudiosos de movimentos indígenas, bem como da economia solidária (ACOSTA, 2016; QUIJANO, 2012). Esta noção andina ressalta o valor da natureza e da convivencialidade. Viabiliza um questionamento das noções lineares de desenvolvimento socioeconômico, bem como dos processos de colonização predatória que tanto marcam a história da América Latina, entre outras.

As isonomias e as fenomenias são espaços de bem viver. Isonomias refletem na sua diversidade de composições, de alguma maneira, um perfil de pessoas interessadas em problemas da comunidade, enquanto as fenomenias têm o sujeito atento às suas singularidades, sem perda de consciência social. Os *insights* parentéticos contribuem com as isonomias, mas principalmente com as fenomenias, embora haja diversas situações híbridas, mistas, em que isonomias e fenomenias se mesclam (GUERREIRO RAMOS, 1981). Assim, os espaços da economia social e solidária, ao apresentarem características híbridas de isonomia e fenonomia, apresentam-se como oportunidade de empoderamento para as mulheres dos empreendimentos, uma vez que o processo ocorre no nível individual e coletivo, como será visto à frente – espaços de “[...] socialização, conscientização e aprendizagem e no questionamento das identidades pelas mulheres” (HILLENKAMP, GUÉRIN E VERSCHUUR, 2016, p. 22).

É possível perceber, no que foi apresentado, uma ampla, ainda que relativa e não absoluta, convergência entre os enfoques de Guerreiro Ramos e da economia social e solidária. São propostas conceituais distintas, elaboradas em épocas diferentes, com suas especificidades, mas com notáveis complementaridades. Pode-se argumentar, portanto, que as mulheres, no processo de empoderamento, como apresentado na sequência, ao atuar na economia social e solidária,

traçam uma trajetória fenonômica, ao longo do tempo, que se consolida nos espaços isonômicos, pois o processo se consolida no coletivo. A trajetória fenonômica pode ser entendida como uma atuação do indivíduo no sentido de romper com a síndrome comportamentalista, num movimento que se aproxima do enclave fenonômico. Além disso, nesse caso, a economia social e solidária pode ser percebida como conjunto de espaços que privilegiam o coletivo, sem que se perca de vista a singularidade de cada pessoa. Características isonômicas em confluência com as trajetórias fenonômicas podem funcionar como catalisadores no processo de empoderamento feminino.

4 PROCESSO DE EMPODERAMENTO FEMININO

A desigualdade entre homens e mulheres e a opressão de gênero estão consolidadas a partir de um entendimento de que a diversidade entre eles tem, na sua constituição, uma condição de desigualdade natural, a-histórica, como se houvesse uma disjunção entre história natural e história da humanidade. Os movimentos que vieram contestar esse entendimento compreendem que essa desigualdade foi construída socialmente, a partir das interações socioambientais, biopsicofísicas e, dessa maneira, não é simplesmente “natural” e, por isso, é necessário buscar ações concretas que visem à equidade entre homens e mulheres. Ser diferente não significa ser desigual, e, portanto, diversidade e equidade são princípios da ética democrática, em que a humanidade, de maneira ampla, tornar-se-ia inclusiva e justa (LAGARDE, 1996; MATTURANA; VERDEN-ZOLLER, 2004; MORIN, 2005).

Joan Scott (2005, p. 14), por sua vez, assegura que não existem soluções fáceis para as questões de igualdade e diferença, direitos individuais e identidades de grupo, e que posicioná-los como conceitos opostos pode levar a um desvio de suas interconexões, e, ao contrário, manter a tensão entre esses conceitos é o que possibilita resultados melhores e mais democráticos. Indivíduos e grupos, igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes, que estão necessariamente em tensão. Essas tensões resolvem-se de maneira específica, ao longo da história, e precisam ser analisadas nas suas questões políticas

peculiares e “não como escolhas morais e éticas imtemporais”. Faz mais sentido verificar como os processos de diferenciação social operam, desenvolver análises a respeito de igualdade e discriminação, que percebam as identidades como efeitos de processos políticos e sociais.

Como afirma Adriana Oliveira (2013, p. 4):

sabe-se que ante as marcas de discriminação e subalternidade existentes no universo feminino, o acesso à cidadania requer a desconstrução da supremacia do paradigma patriarcal e a elaboração de novas práticas, de um outro imaginário na vida cotidiana que conceba cada pessoa, independentemente de gênero, raça/etnia e classe, como ser humano. Esse processo de desconstrução e construção traz consigo a necessidade de sujeitos políticos protagonistas, defensores e praticantes dessa concepção e principalmente a ressignificação do espaço das mulheres, com visibilidade e poder.

Seria uma nova cultura de gênero que se baseia na igualdade, fraternidade e solidariedade como valores éticos e como metodologias políticas para possibilitá-la. A solidariedade concretizar-se-ia em consenso com a equidade de gênero e o apoio social equitativo na realização das potencialidades humanas das pessoas de ambos os gêneros. A fraternidade é uma solidariedade específica que ocorre entre as mulheres que, acima das diferenças e antagonismos, decidem-se a somar esforços, vontades e capacidades, e associam-se para potencializar seu poder e superar o patriarcalismo. A igualdade é um produto da satisfação das necessidades e desejos e reivindicações vitais de cada mulher e de cada homem, afirma Marcela Lagarde (1996).

Para isso, o primeiro passo para as mulheres seria a conscientização sobre esse ‘cenário’, ou seja, despertar a consciência em relação à discriminação de gênero, indignar-se com esta situação e querer transformá-la. Ademais, confluindo com esse cenário, está a invisibilidade do trabalho de cuidados e domésticos, tipicamente desempenhados pelas mulheres, que são considerados improdutivos e/ou não mercantis e, portanto, negligenciados. Entretanto, esse despertar não acontece naturalmente dentro de uma condição de subordinação, uma vez que essa condição já está interiorizada. Há, portanto, a necessidade de fatores ou forças externas agindo no sentido de mostrar a elas o direito à igualdade, dignidade, vez e voz (LISBOA,

2008; SARDENBERG, 2009; AGUAYO, RAMIRÉZ, 2018; SIMON, 2020).

Nesse sentido, John Friedmann (1992) afirma que o desenvolvimento humano não pode estar desconectado de princípios de sustentabilidade, equidade, produtividade e empoderamento, pois somente assim as necessidades básicas serão atendidas. O empoderamento é fundamental para se efetivar a igualdade entre homens e mulheres, definido, pelo autor, como acréscimo de poder, que permite aos indivíduos aumentarem sua eficácia em relação ao exercício da cidadania. É um processo no qual as próprias mulheres conseguem aprimorar sua capacidade de conduzir suas vidas e conformar o entorno, promovendo uma evolução no processo de conscientização delas mesmas, bem como de suas relações sociais. Por isso a importância de se relacionar com o contexto e com ações coletivas, com aspectos políticos, para que o processo de empoderamento não seja apenas uma ilusão e, sim, algo concreto (LEÓN, 2009; BERTH, 2018).

Assim, o processo de empoderamento, como prática coletiva e solidária, pode ser percebido como decorrência de uma trajetória de vários sujeitos que interagem, vivenciam, trocam e divergem, numa lógica envolvente e inclusiva, reflexiva, visto que ninguém se empodera sozinho. Por isso, é dinâmico, e os envolvidos crescem, refletem e encontram sua autovalorização, porém cada um no seu ritmo (OLIVEIRA, 2013). Essas características de caráter coletivo e solidário fazem com que os espaços da economia social e solidária tornem-se promissores para o processo de empoderamento das mulheres atuantes nos empreendimentos, bem como as trajetórias individuais aproximam-se das características da fenomenia numa trajetória fenonômica (SIMON, 2015).

Friedmann (1992) propõe uma análise do empoderamento a partir de três recursos ou poderes: social, político e psicológico. O “poder social” é percebido a partir do acesso às informações, incremento de habilidades e de conhecimento, além de maior participação social e acesso a recursos financeiros. Ao ter acesso a esses recursos, há um aprimoramento na habilidade de estabelecer objetivos e, conseqüentemente, atingi-los, o que possibilita uma independência econômica e a própria sobrevivência. Para isso, os sujeitos precisam estar ligados a

instituições ou mecanismos associativos, no âmbito da esfera política em que se pretenda que eles sejam empoderados. O “poder político” relaciona-se com a maneira com que o indivíduo participa das decisões que o envolvem. É ter voz nas ações coletivas, acesso aos processos públicos de tomada de decisão que afetem o grupo envolvido de maneira ativa, consciente e eficaz, criando uma cultura democrática. O “poder psicológico” relaciona-se com a autoconfiança, tem a ver com a personalidade dos indivíduos por meio do crescimento da autoestima e autoconhecimento. Além disso, há uma valorização das ações transformadoras dos contextos em que estão inseridos. Esse tipo de poder está intimamente relacionado ao aprofundamento das esferas social e política. Com isso, reforça-se a ideia de eles perceberem que não são suficientes os demais recursos do empoderamento se os indivíduos não compreenderem que os têm, bem como a condição de utilizá-los nas suas estratégias de ação. Como tais recursos estão distribuídos assimetricamente na sociedade, empoderar também é desconcentrar recursos, numa redistribuição mais igualitária, suavizando as distâncias (FRIEDMANN, 1992; HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007).

Teresa K. Lisboa (2007) afirma que esse conceito de empoderamento articulado está estreitamente ligado ao de participação, pois é por meio dela que os indivíduos se relacionam, se vinculam e consequentemente, se empoderam. O empoderamento pode ser percebido como um primeiro passo no sentido da conquista da cidadania. Segundo Amartya Sen (2000), a desigualdade de gênero não é reflexo apenas da precariedade de recursos, mas da lacuna de oportunidades sociopolítico-econômicas; portanto, é necessário repensar as liberdades reais dos indivíduos. Como afirma Joice Berth (2018), o processo de empoderamento é fruto de uma estratégia de recuperar, de maneira deliberada, as potencialidades do indivíduo que busca, sobretudo, a emancipação social de um grupo – no caso as mulheres – em diversas frentes de atuação, com destaque para a autonomia intelectual.

Pode-se afirmar, então, que o empoderamento ocorre, primeiro, num nível individual, em que as mulheres precisam perceber que se encontram numa situação de subordinação, dominação, discriminação. Em seguida, no nível grupal, no qual deve ocorrer a identificação com outras mulheres em situação seme-

lhante de necessidade e, por fim, no nível estrutural, em que haverá um embate com os grupos organizados e a esfera pública (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007). Por isso, a convergência entre os conceitos de fenonomia/isonomia de Guerreiro Ramos (1981) e os espaços de economia social e solidária fazem sentido ao processo de empoderamento feminino.

Para isso se efetive, é necessária a criação de espaços institucionais para que os excluídos participem das decisões do seu cotidiano, para a formalização de direitos legais, para o fomento de organizações em que possam efetivamente participar das estratégias adotadas pela sociedade. Uma vez construída essa base de empoderamento, haverá condições de uma participação efetiva, com apropriação de instrumentos e capacidades propositivas, negociadoras e executivas. Dessa maneira, situações como as obrigações domésticas (não remuneradas e não reconhecidas), que são tidas como exclusivamente femininas e, por conseguinte, limitadoras das possibilidades das mulheres no mercado de trabalho, podem ser revistas. Os espaços da economia social e solidária configuram-se como uma possibilidade para que as mulheres envolvidas possam apropriar-se desses espaços, decidindo seus caminhos, bem como propondo ações pessoais e, também, para os grupos, coletivos, reforçando o caráter social e político do processo de empoderamento. Além disso, a economia social e solidária, ao reconhecer, pelos seus princípios fundadores, a importância das atividades domésticas não remuneradas, mas fundamentais para a atuação das mulheres, articula-se, de certa forma, ao paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos (1981), que contempla tais atividades (SIMON, BOEIRA, 2017).

De acordo com Magdalena León (2009), o empoderamento das mulheres acaba por empoderar também os homens na parte material e na psicológica, quando esses têm acesso a recursos materiais em benefício da família e da comunidade, ao compartilhar responsabilidades, e, também, no campo emocional, quando se permitem novas experiências, que os liberam dos estereótipos de gênero.

Além disso, ressaltam Cecília Sardenberg (2009) e Magdalena León (2009), a polissemia do termo e o conhecimento ainda muito frágil a respeito de como se processa o caminho do empoderamento individual

para o coletivo e vice-versa indicam que há ainda muito o que se pesquisar sobre o tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRELAÇANDO CONCEITOS

Este ensaio teórico se propunha, a partir da teoria da delimitação de sistemas sociais e do paradigma paraeconômico, vincular as noções de isonomia e fenonomia com os princípios da economia social e solidária, entendendo esses espaços como fomentadores do empoderamento das mulheres, ao entender que as mulheres, no seu processo de empoderamento, constroem uma trajetória fenonômica que se consolida nos espaços isonômicos.

Sendo assim, entende-se que na economia social e solidária, como esclarecem Laville e Gaiger (2009), as iniciativas valorizam as experiências de auto-organização, do trabalho desenvolvido a partir da associação das pessoas, de maneira coletiva, para que novas experiências, com diferentes convicções morais e éticas, sejam destacadas. Isso vai ao encontro dos anseios dos excluídos – as mulheres nesse caso – que procuram por um trabalho coletivo e solidário.

Para Bianca Mazzei e João Marcelo Crubellate (2011), tais empreendimentos representam a dimensão econômica e a social. Econômica, quando promovem trabalho e renda sem a precedência do lucro em relação a outros valores, ou no que Guerreiro Ramos (1981) chama de ocupação. Na economia social e solidária, busca-se a melhoria da qualidade de vida do associado, investindo-se em educação, saúde e inserção social. Esse envolvimento com a economia social e solidária, entendida como catalizadora desse crescimento, corrobora o conceito de poder social de Friedmann (1992) em relação ao acesso a informações sobre serviços públicos, sobre questões políticas, socioeconômicas, que reforçam o processo de aquisição de conhecimentos, fundamentais nesse nível. Ampliação de autonomia individual e social e busca de autorrealização (*human actualization*, ainda que sempre como processo, um empenho, incerto, complexo) entrelaçam-se no desenvolvimento das capacidades de cada uma das mulheres. Há então algumas características da experiência fenonômica. Por outro lado, há uma socialização da experiência

quando compartilham as dificuldades, os problemas e também as conquistas, por estarem organizadas em grupos, ou seja, nos espaços isonômicos.

De acordo com Rodrigo Horochovski e Giselle Meirelles (2007), o empoderamento do indivíduo é relacional, ou seja, está interligado a fatores externos e socioestruturais. À luz da teoria da delimitação de sistemas sociais de Guerreiro Ramos (1981), as mulheres traçam uma trajetória cujas características convergem com as características da fenonomia e que se consolida no coletivo, nas isonomias, ou seja, quando desenvolvem uma consciência social mais apurada, preocupadas com o incremento de suas autonomias, consolidam nas isonomias o espaço em que convivem. Ademais, Horochovski e Meirelles (2007) asseveram também que esses espaços permitem que os envolvidos demonstrem suas capacidades de verbalização de seus posicionamentos e aspirações, o que acaba por legitimar o grupo e lhe dar coesão, base de sua atuação na esfera política.

A participação de agentes externos favorece as ações dos envolvidos na economia social e solidária e cria espaços em que mulheres encontram sustentação para desenvolver o empoderamento e mudanças profundas nas suas vidas, ao proporcionar acesso à informação, participação social e nos recursos econômicos, nos processos decisórios, desenvolvendo a confiança e a consciência (SIMON, BOEIRA, 2017). Isso reforça a ideia de Guerreiro Ramos (1981) de que numa isonomia os membros adquirem uma consciência social apurada apesar das suas singularidades, o que acaba por promover uma sensibilização dos envolvidos para as várias possibilidades ocultadas numa sociedade mercadocêntrica.

Processo e produto imbricam-se; promove-se equidade e qualidade de vida por meio de práticas não tradicionais de aprendizagem, seja por cooperação, seja por autogestão, seja por participação em movimentos sociais; tal processo não pode ser medido em termos de dados concretos, mas em relação a sentimentos, saberes, desejos, conhecimentos, motivações. Isso reforça o que foi dito sobre fenomenias e isonomias – espaços singulares de crescimento individual ou coletivo, com processos cognitivos personalísticos ou políticos, em espaços socioaproximadores em que os valores são distintos dos econômicos. O processo de empoderamento ocorre à medida que há ganho

de conhecimento e autonomia, facilitado pela participação nos espaços da economia social e solidária pelos seus princípios, o que pode viabilizar trajetórias fenomenológicas que culminam em isonomias.

Por fim, cabe ressaltar o caráter ensaístico dessa reflexão, que merece ser aprofundada por outros ensaios e por estudos teórico-empíricos, visando obter-se mais consistência e coerência.

■ REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.
- AGUAYO, Beatriz Eugenia Cid; RAMÍREZ, Loreto Patricia Arias. La Economía Solidaria en la politización del trabajo escondido de las mujeres. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. 1-12, 2019.
- ANDION, Carolina; SERVA, Maurício; LÉVESQUE, Benoît. O debate sobre a economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 199-221, jan./jul. 2003.
- ARAÚJO, Geyson E. F. **Caracterização da economia solidária à luz do ambiente isonômico de Guerreiro Ramos**: um estudo no grupo mulheres decididas a vencer. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFRG, Natal, 2010.
- AZEVÊDO, Ariston. **A sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. Tese (Doutorado em Sociologia Política). UFSC; Florianópolis, 2006. 311p.
- AZEVÊDO, Ariston; ALBERNAZ, Renata O. A Paraeconomia como modelo e paradigma para a análise e a formulação de políticas públicas: o resgate de uma possibilidade. **EmTese**, Vol. 2, n. 1 (2), p. 20-32, jan./jun., 2004.
- BELLUCCI, Christiane; BOEIRA, Sérgio L. Tensão entre racionalidade instrumental e substantiva em uma escola básica de tempo integral. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, vol. 7, n. 19, pp. 497-551, ago/2020. Disponível em <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol>, acesso em 08/01/2020.
- BERTH, Joice. **O que é empoderamento?**. Letramento: Belo Horizonte, 2018.
- BERTERO, Carlos Osmar. O que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 338-344, Mar./Abr, 2011.
- BULGACOV, Yara L. M.; CASTIGLIA, Felipe Z. Dialogando com os princípios de uma abordagem substantiva das organizações. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v. 3, n. 2, p. 1-34, jul./dez 2003.
- CAVALCANTI, Bianor S.; COSTA, Frederico Lustosa da. (Orgs.) **Guerreiro Ramos**: entre o passado e o futuro. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- CATTANI, Antonio; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz; HESPANHA, Pedro (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Almedina; CES; Coimbra; São Paulo, 2009. 344p.
- COSTA, Pedro D. A.; CARRION, Rosinha. D. S. M. Situando a Economia Solidária no campo dos estudos organizacionais. **Otra Economia**, v. III, n. 4, p. 66-81, 2009.
- DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. Outras Palavras/Autonomia Literária: São Paulo, 2017.
- FRANÇA FILHO, Genauto. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano II, n. 5, p. 52-60, dez. 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto. Terceiro Setor, economia social, economia solidária e economia popular. **Bahia Análise & Dados**, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 11-31, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto. Decifrando a noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos: a atualidade de sua proposição. **O&S**, v. 17, n. 52, p. 175-197, jan-mar, 2010.

FRANÇA FILHO, Genauto; EYNAUD, Philippe. **Solidariedade e organizações: pensar uma outra gestão**. Salvador: EDUFBA: Ateliê de Humanidade, 2020. 297p.

FRIEDMANN, John. **Empowerment: the politics of alternative development**. Massachusetts, USA: Blackwell, 1992.

GAIGER, Luiz I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

GAIGER, Luiz I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 81-99, mar. 2009.

GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 3, p. 811-834, 2019.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. The parenthetical man. **Journal of Human Relations**, vol. 19, n. 4. Pp. 463-487. Central State University, Ohio, 1971.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **The new science of organizations: a reconceptualization of the wealth of nations**. University of Toronto Press: Toronto, Buffalo, London, 1981.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de

possibilidades. In: HEIDEMANN; F. G.; SALM, J. F. (Orgs.) **Políticas públicas e**

desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Ed. UnB, 2009.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. A economia solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. **Debates Feministas - SOF**, n. 03, p. 1-34, 2016.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; MEIRELLES, Gisele. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2007. **Anais...**, Florianópolis, 2007. p. 485 - 506.

JACOMETTI, Marcio et al. Fenomenia e isonomia no contexto da modernidade: possibilidades de um novo modelo social para as organizações. **Revista Economia & Gestão**. v. 13, n. 32, p. 87-106, maio/ago/2013.

LAGARDE, Marcela. Identidad de género y derechos humanos. In: STEIN, G.; PACHECO, L.; PACHECO, S. (Comps.). **Estudios básicos de derechos humanos**. San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1996

LAVILLE, Jean L.; GAIGER, Luiz I. Economia solidária. In: HESPANHA et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LEÓN, Magdalena de. Empoderamento: relaciones de las mujeres con el poder. **Estudios Feministas**, v. 8, n. 2, 2009.

LISBOA, Armando de M. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites, **RAE**, p. 109-115, jul./set. 2009.

- LISBOA, Teresa K. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2007. **Anais...** Florianópolis, 2007. p. 640-652.
- LISBOA, Teresa K. Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: FAZENDO GÊNERO, 2008, Florianópolis. **Anais....**, 2008. p. 1 -6.
- MATURANA, Humberto; VENDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar**: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia. São Paulo: Palas Athena, 2004.
- MAZZEI, Bianca B.; CRUBELLATE, João Marcelo. Autogestão em empreendimentos econômicos solidários: um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de Maringá/PR. **Revista Inteligência Organizacional**, v. 1, n. 1, jul./dez. 2011.
- MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico?. **Revista de administração contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.
- MORIN, Edgar. **O método 6**. Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2013.
- NOBRE, Mirian. Economía solidaria y economía feminista: elementos para una agenda. **REAS - Red de Economía Alternativa u Solidaria de Euskadi**, n. 4, 2015.
- OLIVEIRA, Adriana. L. de. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Gênero**, v. 05, n. 2, p. 1-14, 2013.
- PARADA, Adalto Aires. E o palhaço o que é? O Circo da Dona Bilica na perspectiva da economia criativa: uma análise das dimensões de tecnologia, tamanho, espaço e tempo. **Tese**. Administração, UFSC, 2016.
- PAULA, Ana Paula. P. de. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **O&S**, v. 14, n. 40, p. 169-188, jan./mar. 2007.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur**, n. 122, mayo, año XXI, p. 46-56, 2012.
- SALGADO, Francisco. Sumaq Kawsay: the birth of a notion? **Cadernos EBAPE**, v. 8, n. 2, paper 1, jun, p. 199-208, Rio de Janeiro, 2010.
- SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. A base epistemologica da acao administrativa nas organizacoes substantivas e a formacao do gestor social. **Revista de Ciências da Administração**, v. 1, n. 3, p. 63-78, 2015.
- SARDENBERG, Cecília. M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. **NEIM/UFBA**, p. 1-12, 2009
- SAUVAGE, Patrice. Synthèse. In: **OCDE: réconcilier l'économique et le social – vers une économie plurielle**. Paris: OCDE, 1996.
- SCOTT, Joan. W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 13, p. 216, jan./abr. 2005
- SEN, Amartya. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SIMON, Vanêssa Pereira. **Trajетórias fenonômicas e empoderamento**: histórias de vida de mulheres na economia social e solidária catarinense. Tese de doutorado em administração. Programa de Pós-graduação em Administração da UFSC. Florianópolis, 2015. 289p.
- SIMON, Vanêssa Pereira; BOEIRA, Sérgio Luís. Economia social e solidária e empoderamento feminino. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 3, p. 532-542, 2017.

SIMON, Vanessa Pereira. Economia feminista, economia social e solidária, paradigma paraeconômico: repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-29, 2020.

TONET, Rogério. S. **Fenonomias, economia plural e desenvolvimento local**: um estudo na feira de artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFPR, Curitiba, 2004.